

O emirado fluminense

IGOR BARENBOIM

O deslocamento da capital federal em 1960 marcou o processo de perda de importância da economia fluminense na cena nacional. De acordo com os dados do IBGE, em 1989 o Estado do Rio de Janeiro chegou a representar apenas 10,3% da renda nacional. No entanto com a descoberta de reservas petrolíferas, a importância da economia fluminense parece ter mudado de tendência. Em 2001 o Estado do Rio de Janeiro já era dono de 12,3% da renda brasileira. Estão os recursos naturais revitalizando a economia fluminense?

Desde o início do Plano Real a produção da indústria do Estado do Rio de Janeiro cresceu 48%, duas vezes o crescimento da indústria brasileira no mesmo período. No entanto, nos últimos 12 meses a produção industrial fluminense medida pelo IBGE cresceu 3%, enquanto o mesmo número para o Brasil cresceu 13%. A dicotomia entre as duas estatísticas se deve ao crescimento fluminense dos últimos anos ter se restringido ao aumento da produção de petróleo — uma atividade com dinâmica própria. Nos últimos 10 anos, a indústria extrativa cresceu 140%, enquanto o nível de produção da indústria de transformação do estado caiu 9%. O crescimento concentrado na indústria petrolífera também possui efeitos diretos sobre a geração de emprego. De acordo com os dados da Pesquisa Industrial Anual de 2000 e 2001 do IBGE, cada real produzido pela indústria de transformação cria cerca de sete vezes mais empregos do que o real produzido na indústria petrolífera.

Em média, no mundo, países produtores de petróleo têm apresentado baixas taxas de crescimento. De acordo com os dados do Banco Mundial, entre 1960 e 1998 a renda *per capita* nos países produtores de petróleo cresceu em média 1,10% ao ano enquanto a renda *per capita* mundial cresceu em média 1,74%. A maldição dos recursos naturais tem sido objeto de vários estudos na literatura econômica. Estes apontam três principais razões para o efeito perverso da riqueza natural no crescimento: 1. a disputa pela renda dos recursos provoca problemas institucionais tal como a paralisia governamental; 2. A volatilidade do produto devido à volatilidade dos preços das *commodities* causa mais incerteza sobre a rentabilidade dos projetos; e 3. a doença holandesa, i.e., a apreciação do câmbio devido ao excesso de moeda estrangeira gerado pelas *commodities* impede que indústrias de outros setores se tornem competitivas.

No caso do Rio de Janeiro, a razão mais relevante parece ser o efeito que a disputa pela renda do petróleo provoca no conjunto de políticas do governo do estado para com os setores tradicionais. Um dos resultados da crença de que o petróleo seria capaz de revitalizar a economia e da falta de atenção a solução dos verdadeiros entraves para o crescimento foi uma queda de 9%, nos últimos 10 anos, da produção das indústrias de transformação tradicionais.

Uma política capaz de gerar mais crescimento deve envolver o combate à criminalidade, a melhora do ambiente de negócios e um alinhamento tributário com as outras unidades federativas.

A falta de segurança no estado é um caso clássico de subprovisão de bens públicos necessários para o pleno funcionamento de uma economia de mercado. A utilização dos recursos provenientes do petróleo para garantir os direitos de propriedade seria um importante incentivo à poupança e investimento e, portanto ao desenvolvimento diversificado da economia fluminense. Outros destinos poderiam ser dados a estes fundos a fim de melhorar a competitividade do estado, como, por exemplo, reduzir a alíquota de ICMS do estado, que atualmente é a maior do Brasil.

Sem dúvida, a disponibilidade de mais recursos facilita a implementação das políticas sugeridas acima e, portanto, a disputa por mais renda do petróleo com a União se justifica. No entanto, seria mais fácil obter a renda oferecendo alguma contrapartida ao governo federal. A aplicação

dos recursos no combate à violência, um tema de relevância nacional, se apresenta como uma alternativa para a barganha política. Além disso, segundo a legislação atual o governo não pode escolher gastar a renda petroleira de acordo com as prioridades do estado, portanto uma barganha política mais importante, hoje, seria pela discricionariedade sobre a utilização destes recursos.

Em suma, a economia fluminense tem crescido com base na indústria do petróleo, com conseqüências negativas sobre o emprego e o desenvolvimento dos setores não petroleiros. Um melhor funcionamento da economia do Rio de Janeiro requer desvincular as receitas oriundas do petróleo das despesas previstas na atual lei dos royalties, a fim de viabilizar a utilização destes recursos na provisão de bens públicos necessários ao pleno funcionamento de uma economia de mercado. O que, aliado a um alinhamento da carga tributária com as outras unidades da Federação, permitirá ao estado se tornar mais competitivo evitando uma maior concentração econômica e uma dinâmica perversa sobre a taxa de crescimento de longo prazo.

IGOR BARENBOIM é economista.